

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas

Assembleia da República

Lisboa, 14 de julho de 2014.

Assunto: Audição sobre as condições de fiabilidade e segurança na TAP

No sistema de transportes devem ser assumidos como prioritários os interesses dos utentes e da economia nacional – e colocados os valores da fiabilidade e da segurança da operação como algo que não pode ser sacrificado nem posto em causa.

Todavia, temos assistido a outras orientações ao sector dos transportes: a subordinação de todo o planeamento ao objetivo da privatização dos sectores estratégicos; a redução do preço da força de trabalho, bem como a precarização e redução do emprego; a colocação de metas de cariz economicista e financeiro acima das metas de serviço público, dos objetivos económicos a alcançar e dos níveis de fiabilidade e segurança da operação.

Esta é uma realidade que afeta todo o sector dos transportes, e da qual a TAP tem sido igualmente vítima. Ainda no passado dia 2 de Julho, na Audição realizada nesta Comissão Parlamentar, o PCP questionou o Ministro da Economia sobre a fiabilidade da operação da TAP face a esta política e às notícias que se multiplicavam sobre atrasos nas operações e cancelamentos de voo. Como de costume, o governo fez de conta que nada de preocupante se passava e tudo corria no melhor dos mundos.

Mas infelizmente, a realidade teima em desmentir a «teoria do «oásis» e, na falta de medidas e esclarecimentos acertados, está a ser utilizada para lançar uma campanha interna contra a TAP, onde se misturam problemas reais com boatos, onde problemas são empolados e se foge das suas causas profundas. Assim, nos últimos dias:

- Prosseguiram o cancelamento e atrasos sucessivos de voos por parte da TAP;
- Na sequência dum desses atrasos, um trabalhador do handling foi agredido em plena porta de embarque, naquele que foi apenas o mais grave episódio de uma série de incidentes do género;

PCP 2

- Registaram-se mais dois graves incidentes, na sequência de uma despressurização e na sequência da avaria num compressor, resolvidos a contento pelas tripulações da TAP;
- Prosseguiram a utilização, para diversos voos TAP, de aviões (e até tripulações) alugados a outras companhias.

É uma evidência que a fiabilidade da operação da TAP está a ser posta em causa. A origem profunda destes problemas é conhecida, e resultam de uma série de opções de gestão que têm sido impostas à empresa pela tutela, nomeadamente:

- Uma política de congelamento e redução salarial e de ataque à contratação coletiva, que levou ao abandono de trabalhadores altamente qualificados, à não renovação atempada dos quadros e à redução da capacidade operacional;
- Uma política destinada a tornar «mais atrativa» a TAP para a privatização que o Governo continua a priorizar, e que levou a que a TAP se lançasse num aumento da oferta acima dos níveis sustentáveis pela capacidade da frota e pelo efetivo de que dispunha.
- Uma política destinada a «tornar atrativa» a manutenção Brasil (ex-VEM), que tem implicado o desvio de recursos e até de trabalho, nomeadamente da própria frota da TAP;
- Uma política de desestabilização sistemática do handling.

O Governo pretende agora afirmar que a solução para os problemas criados pelas suas próprias opções é prosseguir essas opções e avançar para a privatização. Não o é. O que é preciso é inverter este caminho, que ameaça destruir a TAP e o bom nome, respeito e prestígio que, justamente, a fiabilidade e segurança da sua operação conquistaram ao longo de dezenas de anos.

Assim, e no sentido de abordar a matéria referida, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição Presidente do Conselho de Administração Executivo da TAP nesta Comissão.

Pelo Grupo Parlamentar do PCP

Bruno Dias

N.a Ref.a45732-285/INPA/14